

TRAJETÓRIA E PERSPECTIVA DE UM PESQUISADOR BRASILEIRO. A IMPORTÂNCIA DO CEPA DA UFPR NA SUA FORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Ondemar Dias*

INTRODUÇÃO

Há algum tempo tive a oportunidade de expor a importância que o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná assumiu na minha formação de pesquisador e como ele contribuiu para orientar toda a carreira desenvolvida a partir das experiências ali adquiridas. Mais ainda, como foi, em consequência dessa mesma experiência, que toda a estruturação de um centro de pesquisa arqueológica, o IAB, foi orientada e serviu de marco balizador de seu caminho.

De fato, hoje a carreira deste pesquisador e do órgão que ajudou a fundar e dirigiu durante décadas em sua área científica se confundem e entrelaçam, ainda que o segundo, o órgão, tenha recebido contribuições tão importantes de outros profissionais, quanto aquelas deste relator. A diferença reside, talvez, no fato de ter sido ele que colocou em prática, como pioneiro, as pedras angulares do alicerce científico sobre as quais se ergueu toda a construção posterior.

A citada oportunidade se deu quando nos reunimos para homenagear a memória da saudosa e querida mestra, dra. Annette Laming-Emperaire. Agora ao nos reunirmos para em conjunto saudarmos o meio centenário do CEPA, ainda mais devo ressaltar o quanto sua marca está presente em toda aquela volumosa, ainda que humilde, obra de toda uma vida adulta dedicada à pesquisa da Arqueologia em seus campos da História e da Pré-História.

Se repetirei algo já dito na oportunidade anterior, é porque a crônica e a sinceridade são as mesmas, a satisfação de tornar público este reconhecimento só é ainda mais profunda e a oportunidade de rever tantos amigos e companheiros se constitui em mais um motivo de

*Professor Doutor e Diretor Presidente do Instituto de Arqueologia Brasileira.
E-mail: ondemarfdias@terra.com.br

satisfação. Sem dúvida o que devo ao CEPA é incomensurável, mesmo que o que possa devolver em troca seja somente o reconhecimento e a gratidão por ter recebido um jovem universitário entusiasta e ter-lhe permitido ser, independentemente do juízo de valor e da modéstia exigida, um dos mais ativos e fecundos pesquisadores deste país.

CRÔNICA DO “COMO FOI QUE TUDO COMEÇOU”

Em 1962 era aluno do quarto e último ano do curso de História da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e pesquisador diletante, com alguma experiência em pesquisas rápidas e assistemáticas.¹

Aquele ano corria tumultuado, com greves, paralisações e muito estudo, pois passávamos o dia inteiro em aulas práticas no Colégio de aplicação (nas terríveis “matérias pedagógicas”) e em aulas teóricas no velho prédio da “Casa d’Itália”. Tive contato então (pelo rádio e depois pelos jornais) com a notícia de que o CEPA, da UFPR, realizaria um curso sob a coordenação da já famosa dra. Annette Emperaire, com três meses de duração (o que, caso eu conseguisse fazê-lo poderia resultar em perda do ano).

Apesar do risco, das dificuldades do quarto ano e do momento tumultuado, decidi que tentaria tudo para participar do mesmo. Escrevi

¹ Já havíamos efetuado por conta própria algumas pesquisas arqueológicas na área da antiga Fazenda do Calundu, hoje situada no Município de Belford Roxo, antiga Santo Antonio de Jacutinga, onde nossa família possui um pequeno sítio, justamente localizado sobre a sede de um dos mais antigos engenhos fluminenses e muito próximo a uma antiga aldeia tupi. Assim, desde cedo, fomos atraídos para as evidências arqueológicas, pois elas afloravam a cada chuva, apareciam em cada alicerce de construção ou em cada buraco aberto. Depois, também por acaso, levados a Cabo Frio, onde o velho Ondemar Dias topografara as Salinas da praia do Sudoeste, no início da década dos anos quarenta, mergulhamos física e intelectualmente em um mundo esquecido, mas enriquecido por urnas indígenas (e seus cacos, muitos cacos, dentro e fora d’água), ossadas no meio do areal das dunas; lâminas de machados por entre a vegetação baixa da restinga e por um sem número de restos que surgiam depois de cada tempestade do vento de Sudoeste. Logo nos interessamos pelas “misteriosas inscrições” do morro da Guia.

Eram fenícias; atlantes ou “mais simplesmente” runas escandinavas? As opiniões entre os eruditos locais eram distintas. Diga-se, a meu favor, que sempre duvidei delas, mas só pude realmente garantir meu ponto de vista, quando, já universitário, localizei um manual de arqueologia francês, pelo qual pude identificar serem semelhantes aos polímeros líticos tão comuns em diversas partes do mundo. Eu não sabia que, muitos anos antes, Simões da Silva (um pesquisador pouco conhecido) já havia chegado às mesmas conclusões. Felizmente, acho eu, pois a ignorância não me inibiu de repetir a experiência, permitindo que publicasse meu primeiro artigo, no Boletim dos estudantes de História da FaNaFi-UB.

para o CEPA e foi uma data feliz quando recebi a resposta assinada por um certo prof. José Loureiro Fernandes, que me garantiria a vaga, mas não a bolsa de estudo. Para esta, eu teria que obter carta de recomendação de dois professores junto à CAPES e tentar a sorte.

O que não me faltava era professor conhecido. Mas quem poderia me indicar para a bolsa, desde que ninguém se preocupava com arqueologia?

Bem, primeiro, recorri a um professor mais próximo, o dr. Guy de Hollanda, e, depois, com certo temor, ao prof. Darcy Ribeiro, que havia ministrado aulas para minha turma em 1960, e seria depois substituído pelo prof. Carlos Moreira, desde que fora assumir cargos públicos de importância em Brasília. Naquele ano era Reitor da recém fundada Universidade de Brasília, depois de ter sido Ministro da Educação.

Minha ansiedade terminou com um telegrama do dr. Loureiro, confirmando a concessão da bolsa.

Tive, então, que acertar a questão da presença, pois sem ela, naquela época, ninguém se formava. Para minha sorte, no entanto, como os alunos da Universidade estavam em greve e assim permaneceram durante meses, só me bastou acertar as questões de matéria e trabalhos com os professores e combinar as tarefas com o meu grupo de estudo. Deixando coisas para resolver na volta, tratei me preparar para os três meses que seriam os mais instigantes de toda a minha vida até então.

Viajei para o Paraná cheio de expectativa e qual não foi minha surpresa, quando ao chegar no gelado prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR fui recebido pelo dr. Loureiro com um abraço cordialíssimo e uma frase risonha: - "O protegido do Darcy!!"

Só fui conhecer o conteúdo da carta de recomendação do prof. Darcy Ribeiro, muitos anos depois, quando o amigo Igor Chmyz me mandou cópia da mesma. Por ela constatei que o ministro não só se lembrava do aluno, como me recomendava para fazer o curso, vendo em mim potencial para o futuro.

Não sei se ainda existem ministros assim, que encontram tempo e disposição para praticar atos tão singelos mas de tanta significância para a vida de simples cidadãos. Por este, por muitos outros fatos e pelo seu exemplo de vida é que sempre considerarei o dr. Darcy Ribeiro um dos mais importantes brasileiros de todos os tempos.

E assim, comecei minha experiência no CEPA.

1962 - A EXPERIÊNCIA COM MME. ANNETTE EMPERAIRE

Nossa turma era variada. Colegas que começavam, ao lado de outros que já haviam participado de pesquisas com ela em ocasiões anteriores, ainda que nenhum fosse veterano. Tanto em idade, quanto em experiência, as diferenças eram muito poucas.²

A nossa mestra se cercava de algumas colaboradoras mais experientes, mas não fazia grandes distinções e a todos Mme. Annette dirigia a mesma atenção e também as mesmas exigências. E, como já testemunhei antes, ainda que não se tenham formado laços de camaradagem indelével, criaram-se vínculos de respeito e de consideração, além da respeitosa amizade entre os componentes da equipe.

Nosso curso era puxado. O primeiro módulo transcorreu na sede do CEPA e se orientou para a formação teórica do grupo. As informações se destinavam a nos familiarizar com o que havia de mais moderno, tanto em termos teóricos, quanto metodológicos. O interesse era que apesar de trabalharmos de manhã à noite, talvez mais de doze horas por dia, inclusive aos sábados, ninguém reclamava ou sentia o tempo passar.

Foi transmitida, inicialmente, uma visão geral da pré-história mundial, segundo a perspectiva da escola francesa, em especial aquela defendida por Leroi-Gourhan. Depois explanadas as perspectivas mais atuais sobre a questão do povoamento das Américas e uma síntese da nossa própria pré-história.

A dra. Annette preocupou-se com a formação da equipe, detendo-se longamente sobre as etapas da organização da pesquisa, de forma tão acurada, que muito da suas diretrizes seguem válidas até hoje (desde que as adaptei ao funcionamento do IAB, logo que assumi a sua direção de pesquisas).

No Museu de Paranaguá ou mesmo nos acampamentos, cada dia de trabalho era discutido em conjunto, com a verificação das

² Se não me engano, as mais experientes eram as professoras Maria Beltrão (Rio de Janeiro), Maria José Menezes e Margarida D. Andreatta (ambas do Paraná). Não me lembro se a profa. Niéde Guidon (São Paulo) ficou durante todo o curso. Os mais novos eram, além de mim, os profs. Walter Piazza (Santa Catarina), o José Brochado (Rio Grande do Sul) e o padre Alfredo Rohr (Santa Catarina). Também me parece que o prof. Igor Chmyz não participou de todo o curso. As mais novas eram a profa. Andréa Loyola (Minas Gerais) e uma colega que não guardei todo o nome, profa. Marilene, de São Paulo.

Além dos mencionados pelo autor, do curso também participaram: Pedro Ignácio Schmitz, do Instituto Anchieta de Pesquisas (Rio Grande do Sul) e Temístocles dos Santos Júnior, do então Departamento de Terras e Colonização (Paraná). A profa. Niéde Guidon não frequentou o curso, mas esteve em contato com Mme. Annette por alguns dias (N. do E.).

cadernetas de campo e dos apontamentos e foram muitas também as noites de vigília, destinadas às análises do material recolhido. Não foram poucas as reclamações, nem tampouco o cansaço, mas nada que tivesse atrapalhado o saldo extraordinariamente vantajoso da nossa aprendizagem.

Seus “mandamentos”, na verdade, são cuidados básicos que independem do tempo, desde que objetivam a funcionalidade e a competência profissional do pesquisador e da sua missão. Dados como: “Planejem tudo e deixem espaço até para o inesperado”; “não iniciem uma pesquisa se não tiverem verba para todas as suas etapas”; “nunca pesquisem no campo se não tiverem locais para análise do material, ou recurso para divulgar os resultados” e uma série de outras do mesmo tipo, independem da metodologia empregada, da visão pessoal ou das perspectivas particulares.

Sempre defendeu a visão tradicional da sua instituição de origem, de que o trabalho arqueológico é, por excelência, o da escavação, preferencialmente aquele caracterizado pela abordagem de superfícies amplas, com decapagens por camadas naturais e extremo cuidado na localização, topografia e documentação dos achados individuais.

Defendia que as pesquisas extensivas deveriam ser efetivadas a partir de um sítio base, com o objetivo de colocá-lo em seu contexto geográfico e ambiental, numa visão que partia do particular para o geral.

Todo o detalhamento era por ela recomendado, a documentação em primeiro plano, o registro acurado como sistema, pois, afinal, a escavação arqueológica nada mais é do que uma destruição conduzida com eficiência, sem a qual não se pode penetrar no passado. Enfatizava, pois a responsabilidade do arqueólogo (como produtor de documentação primária) e o fato de que qualquer carência no registro deixa uma lacuna irrecuperável.

Dedicou-se, depois a nos transmitir as técnicas de classificação e análise laboratorial e nos passou o sistema de cadastro, registro e guarda em uso no Museu do Homem, encerrando a etapa teórica de formação com exemplos de sistemas de divulgação, publicação e mostragem. Com isto considerou estarmos prontos para começar as pesquisas de campo, dando início à segunda fase do Curso.

No que diz respeito à prática, foi elaborada sobre a experiência em três tipos de sítios; o sambaqui recente, do Toral, na baía de Paranaguá; um antigo, o Sambaqui da Ilha dos Rosas, na baía de Antonina e o terceiro, um abrigo-sob-rocha, a gruta do Wobeto, em Manoel Ribas, no interior do Estado.

A equipe foi encarregada não só de escavar sistematicamente

sob sua orientação (com toda a multiplicidade de atividades inerentes) como a organizar uma pesquisa em campo (“sobre o terreno” como gostava de dizer). Além da participação nas ações gerais, cada um recebeu também uma tarefa pessoal, que ia da responsabilidade sobre o material de campo, ou à etiquetagem do material recolhido, até sua embalagem, transporte e identificação, além de tarefas secundárias no alojamento. Em campo, como atividade extra, nos competiu tanto arrumar uma barraca para o rancho (que foi muito pouco utilizada) quanto providenciar a feitura de uma ponte sobre o córrego que separava o sambaqui da estrada de acesso.

Para completar, vez por outra, um de nós era escolhido para a assessorar a professora em seus escritos e relatórios, oportunidades em que aprendíamos detalhes e nos inteirávamos de elementos importantes que nos haviam passado completamente despercebidos.

Uma experiência e tanto.

Ela foi de tal magnitude para mim que tentei, e acredito que tenha obtido êxito, em adaptá-la às características que imprimi, como sistema de trabalho, posteriormente, ao IAB. Sem dúvida, parte do sucesso obtido ao longo da existência da nossa instituição, se deve àquilo que aprendi ser fundamental para caracterizar uma pesquisa seriamente orientada e profissional, onde nada pode ficar ao sabor dos acontecimentos e das decisões de última hora e onde até o imprevisto deve estar de alguma forma equacionado.

Desta forma, aquela mestra está presente até hoje na essência mesmo de nossa instituição. Ela se constitui um dos pilares sobre os quais pudemos construir uma estrutura suficientemente forte a ponto de transformá-la de uma simples sociedade amadora em uma das mais atuantes e sérias instituições de pesquisa deste país.

Ao regressarmos do curso, a Diretoria do IAB julgou de bom alvitre nos indicar para o cargo de Diretor de Pesquisas, à frente do qual acabei permanecendo até 1994, ou seja, 32 anos em que coloquei em prática muitos dos conceitos, orientações, métodos e técnicas que pude tornar basilares, ainda que com o aporte de outras experiências que discutirei depois.

Mas a presença do CEPA e desta mestra não se encerrou com tal vivência. Quatro anos depois, o prof. Brás Pepe participaria de novo Seminário, beneficiando-se ele também com os seus ensinamentos e se incluindo na equipe que discutiu e formulou a primeira Terminologia Lítica deste país.

Posteriormente, foi a vez da dra. Lília Cheuiche se integrar no último grupo que participou de tal experiência, escavando sambaqui e discutindo teorias arqueológicas na mesma instituição e sob a mesma orientação.

1964 - O CASAL EVANS

No ano de 1964 eu viveria a minha segunda experiência no Paraná, também sem qualquer dúvida, fundamental para minha carreira. É que chegara a vez do casal Evans (drs. Clifford Evans e Betty J. Meggers) vir ao nosso país ministrar um Curso, aliás, um Seminário, como dr. Loureiro gostava de denominar estas atividades.

Tal curso já havia sido dado no Caribe e se propunha a discutir uma nova metodologia de análise do passado, o “Método Ford”.

O casal chegou ao Brasil numa fase política difícil, mas ainda razoavelmente suportável. O dr. Loureiro era ainda o Diretor do CEPA e o acordo para a vinda do casal era muito anterior a qualquer golpe militar. Na verdade sua visita fora acertada dez anos antes, durante o Congresso de Americanistas de São Paulo, uma das efemérides comemorativas do IV^o Centenário daquela Cidade e Estado. Faltava somente o tema, que surgiu em função do tal curso caribenho (acho que na Colômbia).

Agora se formava uma nova turma, com a repetição de alguns colegas de 62 e um grupo novo, ainda que formado por pesquisadores mais velhos.³

Este seminário foi um marco na arqueologia brasileira. Não só porque os pesquisadores puderam se inteirar de um novo método de interpretação de dados, mas também porque dele participaram representantes de diversos Estados e instituições, em estágios variados da carreira. Das inúmeras discussões - travadas tanto na Universidade em Curitiba, quanto no Museu de Paranaguá - que entravam pela noite a dentro, acabou resultando o primeiro programa de pesquisas integradas do nosso país.

Para aprender como utilizar o Método Ford, o grupo se valeu do material tupiguarani obtido por Igor Chmyz, que resultou na Fase Cambará. Foi um curso prático e dinâmico. Importa dizer que o método não é só de análise, como se fala, nem tampouco restrito à cerâmica

³ Salvo erro de memória, a turma era assim composta: Igor Chmyz (que em 62 não pudera participar de todos os trabalhos); Valentín Calderón (Bahia); Mario Simões (Pará); Nássaro Nasser (Rio Grande do Norte) e o Altenfelder Silva (São Paulo). Além de mim, voltaram o José Proença Brochado, o Walter Piazza e o padre Rohr. O Schmitz não participou por razões que eu nunca soube. No lugar da Conceição (impedida por algum motivo que eu também nunca soube qual foi) a Heloísa Fenelon, já então uma etnóloga importante. Duas moças do Paraná também participaram, embora não tenham prosseguido na arqueologia (uma delas, Helena Müller, se não me engano, tornou-se professora da Federal Fluminense). A outra se chamava Maria Lucia Fleury.

Outra aluna do curso foi Gislene Velásquez Hudziak, do Museu Paranaense (N. do E.).

cerâmica, como se propalou pelos que o ignoram. Na verdade, é uma adaptação simplificada do método estatístico e de amplo emprego.

O que tinha de novo era a capacidade de permitir a interpretação de dados, ou informes, contidos em tais percentuais. É um método simples, ainda que exija regras para aplicação correta, mas se constitui, até hoje, num caminho que permite penetrar mais um pouco na linguagem cifrada contida em qualquer tipo de material.

Seu principal defeito é que para seu emprego ele exige um sólido conhecimento dos atributos do material analisado e um detalhamento que costuma afastar os menos dedicados.

Fizemos dele o principal método de análise em uso no IAB, destacando que continua perfeitamente atual e cada vez sendo motivo de maior aperfeiçoamento. Como sistematicamente a dra. Betty vem nos brindando ao longo de todos estes anos, com novos empregos e novas perspectivas a seu respeito, dinamizando muitas vezes sua aplicabilidade inicial, venho denominando-o de Método Ford-Meggers em meus trabalhos.

Além do mais, seu emprego não é incompatível com outros métodos. De qualquer forma é aquele que ainda permite um grande aprofundamento e torna claras micro-diferenciações e derivas que de outra forma passam despercebidas.

Outra questão que foi discutida constantemente entre os que lá estavam, se referiu ao tema da arqueologia vista como uma ciência antropológica. Até que ponto as teorias dessa última poderiam ser aplicadas ao nosso trabalho. Altenfelder, Simões e Nasser afastavam-se da História. Eu, Igor, Piazza e Calderón dela nos aproximávamos. Os Evans conduziram a discussão com segurança. Chegamos a um meio termo, pois - de fato - na época, a História ainda estava longe de se aprofundar nas estruturas, (a história social ainda mal saíra da França e apesar de conhecida por aqui, demoraria um pouco para que a escola dos **Annales** se tornasse influente no país). Mas, por outro lado, se apegado somente às estruturas, sem vínculos cronológicos, ou até mesmo em nível de eventos significativos, a tarefa do arqueólogo se reduziria dramaticamente. Acabamos por concluir, então, que se por um lado nos valem da metodologia empregada pela antropologia, por outro, nossos objetivos são basicamente históricos.

Nem só Leroi-Gourhan; nem só Phillips ou Willey. Simões já defendia que a arqueologia era arqueologia e ponto final. Historiadores e antropólogos que brigassem. Nós somos nós mesmos... Bons tempos, aqueles... onde as coisas eram simples e bem definidas.

Discutiu-se muito também a questão do difusionismo cultural, da influência do meio ambiente e o problema da teoria da construção

do objeto. Neste último caso, havia quem defendesse - por influência marxista - que uma base teórica preliminar e a formulação de uma hipótese devia anteceder a pesquisa. Nisto todos concordávamos. O que não aceitávamos era “*adaptar*” os dados obtidos à hipótese prévia (ou pior - à teoria), como faziam (e continuam fazendo) alguns expoentes daquela perspectiva.

Betty e Cliff defendiam que a hipótese deveria ser construída a partir dos dados do trabalho, do geral para o particular, - ou, da evidência para a formulação teórica ampla - ainda que exigindo um sólido embasamento teórico-metodológico prévio.

Assim, o esquema básico, que orientaria o Pronapa depois, se configurou naquelas longas discussões em torno de uma mesa, noite adentro em Paranaguá.

Numa coisa todos concordavam. Era necessário obter dados, formar catálogos e inventários capazes de orientar a formação de teorias, números quantificáveis e comparáveis entre as diversas regiões do país. Ou seja, criar documentos. Só com eles se poderia intentar as primeiras hipóteses solidamente alicerçadas em algo mais do que opiniões e pontos de vista. Havia fome de provas, de dados, de números de tal forma claros que se qualquer um quisesse, poderia revisar todo o trabalho de um colega e até elaborar hipótese discordante sobre os seus próprios dados.

Num certo momento começou-se a discutir da necessidade de um trabalho conjunto que pudesse manter o grupo unido; um projeto comum com seus objetivos teóricos e metodológicos explicitados e com as questões práticas definidas para colocá-lo em execução.

Não me recordo de quem deu a idéia original, mas o fato é que a partir de determinado momento, a perspectiva de trabalharmos em conjunto se instalou no grupo. O Simões se encarregou de conseguir o apoio do CNPq e do Patrimônio Histórico. Afinal, era uma rara oportunidade, a primeira do Brasil em que pesquisadores do Rio Grande do Sul ao Pará estavam juntos traçando planos de um trabalho comum. Os Evans gostaram da idéia e quando verificaram - pelos relatos do grupo - que todos juntos dispunham de menos verba do que um único pesquisador norte-americano, se convenceram da viabilidade do projeto.

A metade final do Seminário foi então dedicada à organização do Programa. Ficou também resolvido que se criaria uma terminologia única, definindo o que seriam os principais termos usados por todos para homogeneização das descrições do material e dos sítios. Foram estabelecidas, também, as bases do sistema de trabalho que seriam empregadas, e a metodologia adequada às pretensões; isto é, ao objetivo de levantar a maior soma de informações, no maior espaço

possível de abordagem. Concluiu-se pela utilização daquilo que se chamava, então, de sistema americano de pesquisa: a **prospecção**.

Deve ser esclarecido, no entanto, que não houve a preocupação de ser criada uma base teórica única a ser seguida. Cada um deveria seguir a sua. Que os objetivos básicos seriam o de experienciar um novo método de análise; organizar uma forma padrão de coletas de dados, de cadastramento e de manuseio em laboratório, para uso do grupo inicialmente e para conhecimento geral em seqüência. Nunca, no entanto, passou pela cabeça de quem quer que fosse que este seria o padrão da arqueologia brasileira. Concordou-se, ademais, que as interpretações seriam efetuadas em conjunto, em reuniões anuais, se possível, e divulgadas em forma de Notas-prévias, objetivando manter a coletividade a par dos resultados alcançados. Todos queriam produzir algo de novo e importante.

Mais tarde os dados seriam usados como base para formulação de hipóteses amplas e reconstituições pré-históricas ou antropológicas. Tais conclusões, ou formulações, constituiriam o material que daria origem à Publicação Final do Programa, aquela que, infelizmente nunca saiu.

De momento se pensava em traçar um quadro o mais extensivo possível, abordando a maior área geográfica disponível e a maior soma de informações, possibilitando uma visão extensiva da nossa pré-história.

O trabalho deveria se focalizar em conjuntos de sítios e não mais somente em sítios particulares e não seriam executadas inicialmente grandes escavações intensivas, reservando-as para outros momentos. Em suma, que se procuraria levantar características gerais, particularizando-as mais tarde e na dependência das necessidades que surgissem. Até certo ponto a metodologia de abordagem se aproximava da perspectiva teórica do casal Evans, que elaboravam suas teorias a partir das evidências documentadas. Isto é, do geral para o particular. Assim, o grupo se afastava da posição até então predominante nos trabalhos já efetivados pelas equipes francesas, com sua perspectiva de aprofundar as pesquisas em sítios selecionados, de onde partiam para a elaboração de perspectivas amplas, isto é, do particular para o geral. A idéia de criar uma nova pré-história brasileira estava latente, mas para isto era necessário superar a carência de dados disponíveis, de forma que este se tornou o primeiro objetivo a ser conquistado. Criar a disponibilidade de uma massa de dados que permitisse a qualquer pesquisador, aí sim, criar em cima, formular hipóteses e até teorias amplas.

Em função de todas estas discussões e de muitas démarches efetivadas em seguida, junto às instituições envolvidas, sobretudo conduzidas por Mario Simões e o casal Evans, foi organizado o Pronapa a começar em 1965.

OS DEMAIS ANOS DA DÉCADA DE SSESSENTA

De volta ao Rio, tratei de organizar o Programa, passando para a equipe que se formava, o que aprendera em Curitiba/Paranaguá. Eramos muito poucos no IAB, mas com a visita do casal Evans e com o apoio de um novo amigo, apresentado por eles, o dr. Arthur Hell Neiva, que contribuiu financiando particularmente uma etapa prévia de treinamento no “apicum” de Guaratiba, começamos a colocar em prática a teoria e a fazer funcionar o Programa”.⁴

Paralelamente, além de ter sido contratado como Professor Auxiliar da Universidade do Brasil, prestei concurso para Professor do Ensino Médio do Estado da Guanabara. Para minha sorte, trabalhei pouco mais de um ano em Colégio e fui convidado para colaborar como pesquisador, por um ex-professor da FaNaFi, dr. Marcelo Ipanema, na Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, para a qual ele havia sido nomeado Diretor.

Com esta instituição firmamos o primeiro Convênio de Cooperação, que duraria até a década de oitenta e geraria importantes conseqüências. Naquele momento cooperamos com pesquisas que objetivavam as comemorações do IV^o Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. Foi a fase de pesquisas de Salvamento no Vale do Elefante, na floresta Nacional da Tijuca, onde localizamos as ruínas de uma manufatura de anil, pioneira do período colonial e acumulamos experiência em arqueologia histórica.⁵

Em relação ao Pronapa, entre 1965 e 66 operamos no próprio Estado da Guanabara e na costa central fluminense. No ano seguinte, atuamos na serra do interior e, no terceiro ano, na região Norte do Estado.

Em 1966 tivemos nossa reunião inicial, com a formulação das primeiras unidades interpretativas, as fases culturais, durante a realização do Congresso Internacional de Americanistas, em Mar Del Plata. Em 1968, ao término do primeiro triênio de pesquisas do Programa, nova reunião em Belém, no Museu Goeldi, onde fechamos

⁴ Os primeiros anos de pesquisas do Pronapa foram conduzidos por mim, sendo a equipe composta pelo prof. Calasans Rodrigues, então Presidente do IAB e pelo pesquisador José Carlos de Oliveira. O prof. Brás Pepe somente participou das pesquisas no seu primeiro ano de atividades.

⁵ Vide artigo, de nossa autoria, historiando a manufatura de anil durante o período colonial no Rio de Janeiro e relacionando-a com as ruínas escavadas no Vale do Elefante. “Remanescentes histórico-arqueológicos da cultura do anil na cidade do Rio de Janeiro”, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 164, n. 419, p. 9-295, abril/junho de 2003.

as pesquisas fluminenses e eu recebi o encargo de atuar na bacia dos rios Grande e Sapucaí, em Minas Gerais. Naquele mesmo ano conhecemos o dr. Alfredo Rusins, responsável pela área de arqueologia do Iphan. Sob sua indicação, nos responsabilizaríamos pelo Levantamento do Potencial Arqueológico do Município Tombado de Parati, a primeira experiência do gênero, efetivada ao longo do ano seguinte.

O decênio se encerrou com os trabalhos na bacia daqueles rios mineiros, abrindo-se um horizonte totalmente novo para nossa experiência, com as pesquisas na grande região cárstica do vale sanfranciscano, seu vizinho.

Em relação ao IAB, ao longo deste tempo havíamos obtido uma doação de terras por parte de meu pai, onde inauguramos o primeiro prédio próprio com instalações laboratoriais e de depósito de material em Belford Roxo.

Em termos particulares, iniciei também uma longa carreira de professor na Universidade Santa Úrsula, que só se encerraria no ano 2000.

A DÉCADA DE SETENTA

O Pronapa se encerrou em 1970, de forma que passamos os primeiros anos da nova década centrados na análise e interpretação do farto material coletado até então. Na reunião final do Projeto, em 1973, na Cidade de Washington, fomos dos poucos que levaram concluída a sua parte.

Ainda “quente” com a experiência, e já contando com uma equipe maior no IAB, organizamos um Projeto institucional, no mesmo esquema operacional, para pesquisas no Vale do rio São Francisco em Minas Gerais, ao observar que sua bacia servia de ligação entre duas áreas brasileiras bem conhecidas arqueologicamente, apesar dele mesmo ser somente bem pesquisado em alguns trechos limitados (Rio das Velhas, por exemplo). Dividimos a sua vasta extensão em Frentes Operacionais. Começamos o Programa pela Frente I, escavando o sítio do Buracão dos Bichos, da fase Plumhy e nos anos seguintes chegaríamos à Frente V, em Varzelândia.

Ao mesmo tempo, em função da então prevalecente organização do setor de Arqueologia do Iphan, preparamos Projetos específicos de Levantamento e Cadastramento de Sítios no Litoral Fluminense, acumulando o suficiente conhecimento local que nos permitiria estruturar o próximo Projeto Litoral Fluminense, com objetivo mais específico, ainda que não exclusivo, de obter restos esqueléticos para estabelecimento dos primeiros padrões de povoamento pré-

histórico da região, em função do qual registraríamos os sítios da Malhada e do Corondó, riquíssimos em evidências do tipo.

É que então, em virtude de uma associação com o Centro Brasileiro de Arqueologia e Universidade Santa Úrsula, efetivamos curso de extensão em arqueologia, em função dos quais a equipe do IAB se viu reforçada por uma plêiade de novos pesquisadores.⁶

Em 1974, em Convênio com a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Estado da Guanabara, como conseqüência dos nossos trabalhos em cooperação com a Divisão de Patrimônio Histórico, criamos o Centro de Estudos Arqueológicos, instalando-o na Casa Rural do Capão do Bispo, em Del Castilho, centro de pesquisas que mantemos em funcionamento até hoje, com o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac).

Este Centro permitiu não só manter uma exposição, como efetivar projetos de divulgação, cursos, ciclos de conferência e publicações que resultaram em um significativo aumento do quadro de associados e de pesquisadores.

Prosseguindo com as pesquisas de salvamento, atuamos junto às obras do Metropolitano da Cidade do Rio de Janeiro e na identificação do complexo arquitetônico da Ilha de Jacarepaguá, entre outras atividades menores.

E foi ainda nos anos setenta que iniciamos as pesquisas no Estado do Acre, integrantes do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica, Programa este organizado principalmente por instância do dr. Mario Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi, desejoso de levar para a sua área de atuação específica o mesmo esquema e os mesmos resultados que haviam caracterizado com tanto êxito, o já extinto Pronapa.⁷

⁶ Ingressaram no IAB naquela ocasião, o casal Francisco Pavia e Joaquina Ivars, que trabalhariam futuramente com Mme. Annette Emperaire na Missão Franco Brasileira de Lagoa Santa; a profa. Lília Cheuiche que se especializaria em Antropologia Biológica e que, juntamente com o Prof. Marcus Infante Vieira (que com a profa. Cheuiche assistiam à dra. Marília Alvim no Museu Nacional) formaram nossa primeira equipe especializada; o prof. Franklin Levy e a profa. Eliana Carvalho, além de outros que, diferentemente destes, permaneceram pouco tempo entre nós.

⁷ Trabalhamos nas bacias do rio Abunã, nas fronteiras com Rondônia. Nos formadores do Purus, rios Acre e Iaco e sua bacia principal até Boca do Acre. No Juruá, do seu curso acima de Cruzeiro do Sul até sua foz no Solimões e no seu formador, o rio Moa. Nos lagos da margem direita do Solimões, Uruá, Alvarães, Tefé, Coari e Mamiá e na sua margem esquerda, no lago Manacapuru de Cima, entre 1977 e 1989. Incluímos ainda as escavações na Estrutura de Terra do Acre, em 1994 no Pronapaba.

As equipes foram formadas por diversos pesquisadores. Por ordem de participação: Francklin Levy; José Antonio Azevedo; Paulo Seda; Divino de Oliveira; Mauricélia Barroso, Jandira Dias e Marcos Simplício das Neves.

Ao findar a década o esquema organizacional do IAB se desenvolveu, com um número cada vez maior de profissionais adquirindo formação universitária e graus variados de pós-graduação, desde Aperfeiçoamento até o Doutorado. Aproveitamos a oportunidade e durante alguns meses instalamos um ciclo de altos estudos focalizando as bases teóricas metodológicas da pesquisa arqueológica contemporânea, as teorias correntes e as questões relacionadas às mudanças dos paradigmas científicos, fortalecendo a formação da equipe e harmonizando as tendências em torno de conceitos e perspectivas que pudessem ser compartilhadas pelos seus integrantes. Complementando esta experiência, acolhemos uma das reuniões de discussão do Pronapaba em nossa sede.

A década de setenta se caracterizou também pela formação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), da qual tanto pessoal quanto institucionalmente participamos ativamente, fazendo parte do seu grupo de fundação e ocupando cargos na Diretoria. Foi também nestes anos que se organizou a Faculdade de Arqueologia, da qual também participamos como fundadores e da qual recebemos um número avultado de estagiários, muitos dos quais são hoje arqueólogos ativos, distribuídos em diversos museus, universidades e centros de pesquisas por todo este imenso país.⁸

E, em seus anos finais, participaríamos de dois momentos importantes para a arqueologia brasileira. Um, ao nos integrarmos na Missão Franco-Brasileira em Lagoa Santa, com o encargo de dirigir dois momentos das prospecções arqueológicas na área. Também colaborando com o envio de colaboradores, para aproveitarem da extraordinária experiência de atuarem sob a direção de Mme. Annette Emperaire, dois dos quais (Francisco Pavia e Joaquina Ivars) se integraram definitivamente à sua equipe. E, após o seu falecimento, mas ainda por sua influência, quando dirigimos a equipe que representou nosso país na Missão Internacional de Resgate Arqueológico em Salto Grande, República Oriental do Uruguai, da Unesco.⁹

⁸ Dos nossos ex-estagiários, os que sabemos onde se encontram atuando, se destacam: na Universidade Católica de Goiás, Rosicler Teodoro, Márcia Bezerra e Cibele Moreira. No Departamento de Cultura da P.M. de Rio Branco, Marcos Simplício das Neves; na Universidade Federal do Tocantins e Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Unitins, Marcos Zimmermann; no Museu Goeldi, Marcos Guimarães e Alicia Coirolo; no Museu de Astronomia do CNPq, no Rio de Janeiro, Cíntia Jalles e na empresa Rhea, Estudos e Projetos do Espírito Santo, a arqueóloga Christiane Lopes Machado.

⁹ Aquela Missão foi dirigida pela dra. Niéde Guidon, que substituiu Mme. Annette, já falecida. Da nossa equipe participaram, além de mim, a dra. Eliana Carvalho, a dra. Alicia Duran e as pesquisadoras Eva Sellei e Rosita Moro. Setembro a novembro de 1978.

A DÉCADA DE OITENTA

Na verdade esta década foi de consolidação de todo o intenso movimento gerado na década anterior. Concluímos a seqüência de escavações desenvolvidas desde os anos setenta nos sítios do Corondó e da Malhada, realizando os estudos arqueológicos e de antropologia biológica que nos permitiram rastrear indícios da domesticação de vegetais, em especial de raízes, no litoral fluminense. Também aquelas promovidas em cavernas calcáreas do Estado de Minas Gerais, entre as quais os sítios do Gentio, Boqueirão Soberbo e Barreirinho, onde também foi possível identificar traços semelhantes para o cultivo do milho.

Passamos a atuar decisivamente nesta linha de pesquisa, promovendo publicações e intercâmbio científico com instituições do exterior, entre elas a Smithsonian Institution e o Center for Study of Plants and Man. Também trouxemos para uma estada entre nós pesquisadores da SI, das áreas de Antropologia Biológica e Bioarqueologia.

Avançamos na exploração da grande “província calcárea” de Varzelândia e no altiplano da Serra do Cabral.

Desenvolvemos a documentação da arte rupestre; da tecnologia lítica e cerâmica por todo o vale dos rios São Francisco (incluindo seus tributários Unaí e Paracatu), Grande, Sapucaí e Mogi Guaçu em Minas Gerais.

Em função do Programa Litoral Fluminense, escavamos o Sítio do Caju, ampliando nossos conhecimentos sobre a Tradição Una e mais uma série de outros sítios da mesma nos vales montanhosos de Madalena, Cantagalo, etc.

Em termos laboratoriais, expandimos o atendimento a bolsistas, promovemos círculos de palestras e conferências, cursos e exposições, reunindo pesquisadores de diversas partes do território nacional. Um desses eventos complexos, realizado em associação com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, garantiu para o IAB o prêmio José Reis do CNPq.

Antes de findar a década fui eleito Presidente da SAB e Coordenador do Curso de Mestrado em História Social da UFRJ.¹⁰

¹⁰ Assumindo a responsabilidade junto ao colegiado daquele curso adaptei matérias para atender a procura por parte de formados em arqueologia ou por pesquisadores que pretendessem defender teses ou dissertações nesta área naquele Programa. Diversos arqueólogos obtiveram títulos de Mestre ou Doutor sob nossa orientação. Entre eles, o dr. Paulo Seda; a profa. Cibele Moreira, os profs. Cristina Tenório, Teresa Franco, Vladimir Luft, Giovanni Scaramella, Rosângela Menezes, Marcos Zimmermann, Cíntia Jalles e Marcos Magalhães.

Como Presidente da SAB procuramos unir esforços ao Iphan e atuamos no sentido de garantir o reconhecimento da profissão de arqueólogo.

E, concluindo, naquela década, frente à ampliação dos horizontes de trabalho, diversificamos a linha editorial do IAB, criando séries complementares ao nosso tradicional Boletim.

A DÉCADA DE NOVENTA

Até certo ponto, representou um suave refluxo, como conseqüência do fato de termos dispersado a maior parte dos pesquisadores atuantes no IAB por diversos locais deste país e por termos nos aposentado na vida universitária.

Sem nos afastarmos muito das pesquisas em andamento nos concentramos mais, embora não exclusivamente, na reconstituição da ocupação humana da Baixada Fluminense onde está sediada nossa instituição. Foi a fase por excelência da pesquisa cartorial. Objetivando maior liberdade, foi também o único período em que ficamos sem função administrativa no IAB, entre 1994 e 2000. Em contrapartida, passamos a fazer parte atuante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Também incentivamos as pesquisas de arqueologia espacial, objetivando a localização de centros antigos de produção de açúcar na área e de cultivo de espécies alógenas, como a cana-de-açúcar e do índigo. Nossa intensa produção, incluindo novos dados sobre o anil, produção açucareira e expansão do sistema colonial na periferia da cidade do Rio de Janeiro se traduziu em nova fase de trabalhos e textos divulgados e a serem publicados futuramente. Usando o documento primário (em especial o cartorial) como fonte principal, numa adaptação do método arqueológico ao histórico, logramos êxito para aprofundar o nível de conhecimento sobre este tema tão absorvente e de tão amplo interesse.

Os trabalhos de arqueologia locacional da região permanecem em andamento, complementando os dados recolhidos em cartório e nos arquivos. Foram localizados os sítios dos engenhos N. Sra. da Vitória do Calundu; “novo” do Calundu e vistoriadas as regiões de Mesquita, São Mateus, N. Sra. da Piedade de Iguazu, Cachoeira Pequena, Xerém e N. Sra. da Conceição da Pavuna.

Nesta fase ocorreu uma aproximação de importância com a Faculdade do Norte Fluminense e com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual me tornaria titular na década seguinte.

Internamente ampliamos a instalação da sede, com a construção

de um terceiro prédio, entre os anos finais da década anterior e os iniciais desta.

Para aprofundar mais ainda os estudos das mudanças em andamento na metodologia de interpretação em cerâmica arqueológica merecemos uma bolsa de estudos de pequena duração nos laboratórios do Departamento de Antropologia da Smithsonian Institution, em Washington, D.C.

Ao findar a década, nova fase se instalaria, até mesmo de forma inesperada.

Em 1998 fomos convidados, por um ex-estagiário e ex-orientando, o prof. ms. Marcos Zimmermann a servir de Consultor em um grande Projeto de Salvamento Arqueológico que estava em vias de concretizar com a Eletronorte no Estado do Tocantins.

Naquela oportunidade atuamos no Programa, então organizado, de Salvamento Arqueológico na Linha de Transmissão de Eletricidade entre as cidades de Miracema (TO) e Imperatriz (MA), pesquisa que se estendeu durante três anos e que resultou na criação do Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Fundação Universidade do Tocantins.

Em consequência desta cooperação interinstitucional, e deste Projeto, no último ano da década e do século, não só instalamos a Secretaria Regional do IAB na Cidade de Porto Nacional, como celebramos com aquela Universidade um Convênio de Cooperação Científica, que permitiu a execução de novos Projetos de Salvamento.

O primeiro deles foi assinado com Furnas Centrais Elétricas, sob a responsabilidade do IAB e deste Relator, com o prof. Zimmermann, de Salvamento Arqueológico na LT entre Samambaia (DF) e Miracema (TO), ainda naquele ano e que se estendeu pelo ano seguinte.

Paralelamente e atuando no sentido de modernizar as instalações próprias do IAB, ampliamos as instalações do seu terceiro prédio em Belford Roxo e iniciamos o processo de digitalização da documentação escrita e gráfica.

Ao findar o período assumimos o cargo de Diretor Presidente do IAB.

OS ANOS CORRENTES

Na presente década vimos dando continuidade sobretudo, às novas tendências da pesquisa, ocupando-nos basicamente, ainda que não exclusivamente, dos Projetos de Salvamento Arqueológico.

O primeiro deles foi celebrado com a empresa Novatrans Energia S.A. do Rio de Janeiro e se ocupou da LT II, entre Samambaia (DF) e Imperatriz (MA), em regime de cooperação com o Unitins Nuta.

Os resultados dos seus trabalhos, assim como daquele efetivado com Furnas foram publicados no órgão de divulgação da instituição tocantinense, a Revista Acoemé, números 1 a 3.

Ainda naquele Estado, e com a mesma parceria, agora nos associando à empresa Valec, vimos, ainda que sob a responsabilidade da instituição tocantinense, desenvolvendo os trabalhos ao longo da Ferrovia Norte-Sul, pesquisas que já se encontram em seu quinto trecho funcional e que se alongará ainda durante alguns anos.

Também participamos das pesquisas de salvamento na Estrada BR 0/10 sob responsabilidade do Dertins e desenvolvidas pelo Unitins Nuta. Em contrapartida, ficou sob a responsabilidade do IAB, em parceria com a mesma equipe, o Projeto de Salvamento na Pequena Usina hidrelétrica do rio Areias, cabendo à instituição tocantinense a responsabilidade da outra pequena Usina, no rio Palmeiras, em cooperação conosco. Um sistema de trabalho compartilhado e harmônico, cuja operacionalidade deveria servir de exemplo de entendimento e de competência interinstitucional digno de ser imitado.

No Rio de Janeiro desenvolvemos com a Companhia de Gás do Estado (CEG) dois Projetos de Salvamento, em gasodutos. O primeiro entre Guapimirim e Itaboraí e o segundo entre Xerém e Petrópolis. Do primeiro já veio a luz a publicação referente, estando a segunda no prelo.

Também atuamos em cooperação com a Petrobras em salvamento em gasoduto no norte fluminense e com a Empresa Rhea, Estudos e Projetos do Estado do Espírito Santo, nas obras de ampliação do aeroporto de Vitória.

Com três empresas de pesquisas ambientais (Landschaft Engenharia Ambiental; Stallivieri & Gusmão, Gestão Tecnológica e Ambiental Ltda e Empresa Camel, de Cantagalo, RJ) efetivamos quatro Levantamentos Arqueológicos em pontos diversos do Estado do Rio.

Com a Prefeitura Municipal de Rio das Ostras efetivamos pesquisas de salvamento no sambaqui da Tarioba, onde foi organizado um Museu de Sítio. Quando da sua inauguração foi promovido um Ciclo de Debates e divulgadas publicações a respeito dos trabalhos. No ano em curso foram operacionalizadas pesquisas objetivando sua ampliação.

E, com a Prefeitura Municipal de Mesquita, organizamos um evento, em torno de uma Exposição sobre a Formação Genético-cultural da população da Baixada Fluminense, completado com Ciclo de Palestras e oficinas do tipo “Mãos na Ciência”.

Objetivando inserir ainda mais nossa instituição na área populacional em que se localiza, vimos desenvolvendo um Projeto

denominado “Pesquisador Curumim”, atendendo jovens selecionados do curso médio, moradores na área com uma pequena bolsa de incentivo à pesquisa, visando familiarizá-los com o material arqueológico e desenvolver neles a consciência da valorização do cultural regional.

Dando prosseguimento à tradicional cooperação com o Governo da Cidade do Rio de Janeiro, que substituiu na década de setenta o Estado da Guanabara, foram desenvolvidas diversas pesquisas de salvamento em bens históricos, sob coordenação do órgão municipal (DGPC) com nosso apoio integral. Tais atividades, que se iniciaram ainda na década passada, com a pesquisa na Fazenda e pelourinho de N. Sra. da Conceição da Pavuna, se estenderam para o Engenho do Viegas, Casa Rural da Vila Valqueire, salvamento da rua Primeiro de Março e Praça XV, Jardins do Valongo e para o Cemitério dos Pretos Novos na Gambôa.

No entorno da sede, as pesquisas se estenderam para a localização e identificação dos sítios dos engenhos do Jamboi, da Conceição e áreas de produção do engenho do Calundu e da Pavuna.

Em termos de instalações melhoramos, praticamos aquelas destinadas aos laboratórios da Casa do Capão do Bispo e as reformas no telhado da casa histórica visando sua preservação. Na sede própria, construímos o prédio quatro, destinado à guarda e análise do acervo lítico, denominado Annette Empeaire. Atualmente além deste e do prédio da Administração e Cursos, o mais antigo (prédio Ondemar Dias, Sr.), mantemos o prédio Clifford Evans (Arqueobiologia) e o prédio Betty Meggers (Cerâmica).

No prédio mais antigo instalamos o Núcleo de Editoração, onde produzimos nossos CD’s e DVD’s *books*, preservamos as fitas VHS, gravando-as em discos e vimos digitalizando o acervo fotográfico da instituição.

O acervo cultural, constituído pelo material recolhido nas quatro décadas e meia de atuação do IAB vem sendo digitalizado por classe e local de guarda (Prédio, Sala, Estante, Prateleira, Caixa e Saco). Paralelamente estão sendo trocadas as antigas caixas de papelão de uso tradicional, por caixas e engradados plásticos apropriados.

CONCLUSÃO

Os cursos que participei no CEPA foram de extraordinária significação para a formação da minha carreira de arqueólogo e contribuíram de forma básica nos rumos que tracei para a Instituição que passei a dirigir, logo após o curso de 1962, onde introduzi a visão

européia de pesquisa, com seu detalhamento e perspectiva funcional. Minha participação no Seminário de 1964 e a intimidade com a metodologia americana permitiu que, entrando em contato com outra maneira de agir e de entender a pesquisa, pudesse eu amalgamá-las em um todo coerente, que – doravante – nortearia nossos trabalhos. É que pude constatar que apesar das diferenças entre a ótica de cada “escola” elas estão longe de se oporem, como entendem muitos, pois, pelo contrário, elas se complementam. Assim, por exemplo, pudemos fundir os dois métodos de abordagem de campo, acoplando a escavação por níveis artificiais e métricos (segundo a visão americana), às camadas naturais (ou culturais) de cada sítio (de acordo com o que aprenderamos com Mme. Annette), conforme publicamos logo depois (ver Dias Junior, 1967).** Esta técnica híbrida, longe de ser estéril ou confusa, mostrou-se extremamente fértil, constituindo-se na base de todas as nossas abordagens de campo posteriores, sendo aplicada segundo as características de cada sítio pesquisado, com total êxito.

Também foi possível adotar uma posição intermediária no que diz respeito ao sistema mais indicado para o levantamento ou coleta de dados em campo. Entendemos que, por estarmos frente a um país imenso, onde apesar de todo o avanço da arqueologia, ainda carecemos de um suficiente conhecimento extensivo, que este é o melhor indicado para a precedência de execução nos projetos a serem desenvolvidos pela nossa instituição. Uma vez reconhecido o potencial arqueológico de uma dada região, com a coleta de amostragens amplas, através de prospecções que obrigatoriamente são organizadas segundo os mesmos critérios empregados para a escavação, tornamo-nos capazes de selecionar aqueles sítios que, pela mesma amostragem comparativa, podem nos fornecer mais dados ou respostas mais pertinentes aos problemas teóricos colocados quando do planejamento dos trabalhos.

Assim, abordamos com todo o refinamento necessário cada sítio selecionado de forma intensiva, escavando-o segundo a metodologia julgada a mais pertinente. Partindo dele, então, conduzimos novas prospecções na área circundante, objetivando melhor enquadrá-lo no contexto ambiental e estabelecer as relações culturais com o complexo social constituído pelos conjuntos de sítios reconhecidos.

Foi este sistema que orientou todos os Programas e Projetos desenvolvidos pelo IAB desde então (e já lá se vão mais de quarenta e cinco anos...).

** A publicação referida: DIAS JR., Ondemar F. Síntese das prospecções realizadas no Estado do Rio de Janeiro pelo segundo ano de trabalho do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 6. p. 6-22. 1967 (N. do E.).

Adaptamos, também, o sistema de cadastramento e os métodos analíticos aprendidos com o casal Evans, à nossa própria realidade, de forma que - pelo fato de ser uma leitura peculiar - revestiu-se de uma morfologia nova, extraordinariamente funcional, aberta, inclusive, ao aporte de novas perspectivas teóricas e/ou metodológicas.

Hoje, por exemplo, e sobretudo, mas não exclusivamente, em nossos textos de arqueologia histórica, temos posto em experiências alguns conceitos da teoria do Complexo, ainda que não tenhamos abandonado muitos daqueles princípios da Ecologia Cultural, nem tampouco de posicionamentos mais antigos que seguem úteis na tarefa de (re)construir o passado a partir daqueles restos exumados no campo (e se entendendo aqui, o “campo” como o terreno do arqueólogo ou do historiador) e passíveis de serem submetidos ao crivo das análises laboratoriais. Não esquecemos, inclusive, a contribuição dos estudos da Psicologia Social, a contribuição dos dados oriundos da pesquisa da Memória e doutros aportes que enriquecem o acervo recolhido, pois, afinal, ainda que nosso escopo permaneça sendo a cultura em sua deriva no tempo, ela é a maneira tipicamente humana de se situar no mundo. O “ser humano” é, portanto, o centro da nossa tarefa. Entendê-lo em sua dinâmica espaço-cronológica e definir as maneiras com que se relaciona socialmente com o mundo, em especial naqueles comportamentos tornados tangíveis culturalmente, vem se constituindo como a base da nossa perspectiva pessoal e institucional.

E, como já deixei gravado em um depoimento (DVD´book “História do IAB”) como arqueólogo, mas também historiador, entendo que a História é portadora de uma mensagem positiva, desde que os tempos atuais apresentam sempre algum tipo de melhora em nível de vida e respeito humano em relação aos tempos anteriores e que as gerações passadas deixaram, como regra, situações melhores para o futuro do que aquelas que encontraram. Compete, pois, a nós, com nossa consciência e entendimento de nossa situação no mundo, deixá-lo melhor ainda para nossos descendentes. A pesquisa arqueológica, ao meu ver, pela sua capacidade de penetrar no passado, muitas vezes chegando onde jamais outro tipo de pesquisador pode alcançar, tem a possibilidade de contribuir de forma significativa neste processo de esclarecimento ou seja, de entender os laços que ligam todos os homens aos que os precederam e a responsabilidade que cada um possui em relação a todos os seres vivos com que compartilha este planeta.

Por tudo isto, ainda que não se possa fazer a História com um “se”, não posso imaginar o que teria sido meu trabalho e o IAB sem a experiência vivida no CEPA.

